ARMAÇÃO
DOS BÚZIOS

Mapa de conflitos e resistências

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
REDE OBSERVAÇÃO

Rede Observação

Apresentação

O Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rede Observação é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA e se refere às licenças de exploração de petróleo dos campos de Albacora Leste, Frade, Polvo e Tubarão Martelo da operadora PRIO.

Este PEA tem como objetivo fomentar a organização social através de processos educativos que englobam formação, pesquisa e intervenção social. Visando o cumprimento desse objetivo, desenvolve suas atividades a partir da execução de três eixos metodológicos presentes na sua estrutura central: Formação e Pesquisa, Comunicação Popular e Teatro do Oprimido, que são disparadores de reflexões e buscam promover um ambiente educativo propício à produção de conhecimentos e o estímulo à intervenção social qualificada nos territórios impactados pela cadeia produtiva de petróleo e gás.

Os fascículos da coletânea "Mapas de conflitos e resistências" foram produzidos de forma colaborativa pelos integrantes dos Observatórios e pelo eixo de Formação e Pesquisa. Registram o histórico de organização social de cada grupo contemplado pelo PEA Rede Observação, evidenciam as estratégias de enfrentamento aos conflitos ambientais utilizadas pelos sujeitos prioritários e os desdobramentos dessas intervenções.

Os nomes dos integrantes dos Observatórios que contribuíram para a realização do mapeamento participativo constam ao final desta publicação.

Introdução

A cartografia produzida pelos grupos tradicionais vai além da espacialização de seus territórios, sendo também uma afirmação de seus modos de vida. O mapeamento a partir dos grupos prioritários possibilita a identificação de áreas de uso comunal, elementos da memória coletiva e lugares que fazem parte do cotidiano desses grupos, seja em função das atividades de trabalho, de lazer, dentre outras.

Foi a partir desse entendimento que o PEA Rede Observação construiu o mapa de conflitos. Acreditamos na apropriação do mapa como uma ferramenta de luta, que possibilita contar a própria história e evidenciar a presença de grupos historicamente invisibilizados por parcelas da sociedade e pelo poder público.

Assim, o nosso mapa de conflitos tem como objetivo explicitar os conflitos ambientais monitorados pelos observatórios. Para sua construção tomamos como base a narrativa e a perspectiva dos sujeitos prioritários da ação educativa do projeto, visando ampliar a visibilidade das lutas pela integridade dos territórios tradicionais e pela manutenção das respectivas atividades produtivas.

Não podemos esquecer que os conflitos ambientais territoriais se referem a disputas materiais e simbólicas por um mesmo recorte territorial. Dessa forma, a produção de mapas a partir da visão das

comunidades tradicionais, onde suas identidades e suas histórias são compartilhadas, é uma forma de atuar na luta pelo reconhecimento e valorização do modo de vida tradicional. Portanto, é uma disputa territorializada e identitária.

Para identificar e relatar as questões vivenciadas pelos grupos prioritários, foram selecionados os seguintes elementos:

I - Sujeitos prioritários;

II - Localidade;

III - Tema gerador municipal;

IV - Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos;

V - Estruturas geradoras de conflitos;

VI - Conflitos monitorados;

VII - Contexto do conflito;

VIII - Mapeamento Participativo;

IX - Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito.

Vale destacar que o tópico III, "tema gerador municipal", é o que orienta as ações do projeto em cada território. Sua construção ocorreu a partir de atividades em que foram levantados elementos da realidade local e as demandas identificadas pelos grupos como prioritárias. A partir dessas informações, foi definido um tema gerador municipal que representasse o contexto vivenciado por cada comunidade.

Já o tópico V, "estruturas geradoras de conflitos", diz respeito a estruturas físicas, bem como estruturas políticas que fazem com que determinadas atividades sejam incentivadas, enquanto outras são desconsideradas. Nesse sentido, é uma categoria abrangente que engloba aspectos materiais e imateriais do ordenamento municipal.

Essas informações foram produzidas a partir das construções coletivas que aconteceram durante as reuniões de acompanhamento realizadas ao longo da Fase 1 do PEA Rede Observação.

A equipe de Formação e Pesquisa conduziu reuniões específicas para definição de um tema gerador municipal, identificação das estruturas que interferem no território tradicional e dos impactos associados à cadeia produtiva de petróleo e gás. Esses conteúdos foram fundamentais para o direcionamento das ações do projeto em cada território e serviram como ponto de partida para o processo educativo dos outros eixos metodológicos.

Mas o levantamento de informações não se restringiu a um eixo ou somente a atividades específicas. Alguns elementos foram revelados a partir de informações que apareceram em reuniões do Teatro do Oprimido, Comunicação Popular, assim como as demais reuniões de Formação e Pesquisa. Por exemplo, o levantamento dos atores sociais envolvidos no conflito e suas formas de atuação, realizado para a construção das cenas do Teatro do Oprimido, contribuiu para uma melhor compreensão das relações sociais e das disputas presentes nesses conflitos.

O único tópico que não foi construído exclusivamente por fontes primárias, ou seja, pelos relatos dos grupos, é o "contexto do conflito". Essa parte buscou apresentar um breve panorama do município, recorrendo a fatores históricos que permanecem influenciando na dinâmica local, localizando o grupo prioritário no espaço-tempo. Para isso, também foram utilizadas fontes secundárias, como

sites das respectivas prefeituras, IBGE, estudos socioeconômicos do Tribunal de Contas do Estado, Relatório Final do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, dentre outras fontes.

Em alguns lugares foram apresentados o brasão de armas, que é uma imagem que simboliza aspectos históricos, geográficos, culturais e socioeconômicos do município. Ou seja, os elementos que compõem essa imagem estão relacionados à sua importância no desenvolvimento daquele município. A escolha desses símbolos busca explicitar como muitas atividades produtivas que foram importantes historicamente para os municípios vêm sendo desconsideradas, enquanto outras atividades são estimuladas.

A pesca e a agricultura, fundamentais para a manutenção da vida, são destacadas em diversos brasões, mas na atual conjuntura não recebem a devida atenção do poder público, que constantemente opta por incentivar outras atividades econômicas que são incom-

patíveis com as atividades tradicionais. Com isso, pescadores e agricultores vêm enfrentando dificuldade no acesso a políticas públicas existentes e reivindicando a criação de novas, visando a manutenção de suas atividades. Assim, o processo de uso e ocupação do território terrestre, marinho ou lagunar e a ameaça da integridade do território tradicional é contextualizada em termos sociais, econômicos e políticos.

Por fim, a relação com outros municípios próximos reforça uma perspectiva regional. A materialização de cadeias produtivas, como é o caso da de petróleo e gás, precisa de uma ampla rede voltada para a produção, transformação e circulação do produto. Isso implica em uma série de atividades econômicas de apoio à indústria que extrapolam os limites municipais.

Com isso, mesmo aqueles municípios que não têm instalações físicas da indústria do petróleo, como os terminais, refinarias, portos, dentre outros, também são impactados em função das transformações ocorridas regionalmente. Há, portanto, municípios que sofrem impactos mais diretos e explícitos da cadeia produtiva de petróleo, enquanto outros sofrem impactos indiretos, decorrentes dos novos arranjos que acompanham a consolidação dessa indústria. Mas esses impactos indiretos não são menos importantes para os grupos impactados.

A seguir, veremos como ocorrem os conflitos no município de Armação dos Búzios.

ES

RJ

SUJEITOS PRIORITÁRIOS

Quilombolas

LOCALIDADE

Quilombo de Baía Formosa

TEMA GERADOR MUNICIPAL

Enfrentamento à descaracterização e perda do território quilombola

Área de atuação

Fora da área de atuação

Impactos relacionados à cadeia produtiva de petróleo e gás na Bacia de Campos

- Dependência econômica em relação às rendas petrolíferas
- Utilização dos royalties que não contempla grupos sociais em situação de vulnerabilidade ambiental
- Disputas na definição de fronteiras municipais
- Crescimento populacional
- Desigualdade social
- Gentrificação
- Especulação imobiliária
- Turismo predatório
- Descaracterização e perda do território quilombola

Estruturas geradoras de conflitos

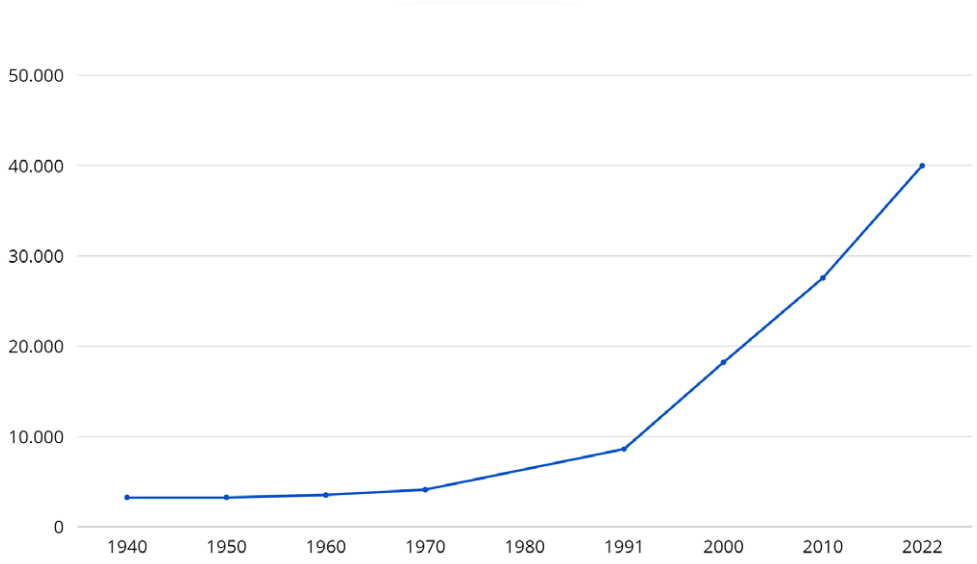
- Condomínios;
- Turismo predatório;
- Unidades de Conservação
- Ineficiência de políticas públicas para a comunidade quilombola

Conflitos monitorados

- Reconhecimento enquanto comunidade quilombola para acesso a políticas públicas
- Regularização fundiária

Contexto do conflito

Armação dos Búzios é um município localizado na Baixada Litorânea do Rio de Janeiro, também conhecida como Região dos Lagos. De acordo com o último censo do IBGE (2022), sua população é de 40.006 habitantes. A série histórica que retrata sua população está representada no gráfico a seguir, onde é possível observar um crescimento na década de 1970 e, depois, um crescimento bem expressivo a partir da década de 1990:



Série histórica da população de Armação dos Búzios

O primeiro momento de crescimento populacional de Armação dos Búzios, assim como de outros municípios da Região dos Lagos nesse período, está relacionado à construção da ponte Rio-Niterói, em 1974, além da pavimentação, expansão e criação de outras vias, impulsionadas pela chegada da indústria do petróleo em Macaé. A implantação e a expansão da indústria de petróleo e gás no Norte Fluminense modificaram as dinâmicas municipais e regionais, visto que as melhorias de acesso para facilitar essa cadeia produtiva possibilitaram um crescimento populacional em municípios da Região dos Lagos na década de 1970.

Essa melhoria de acesso, associada às belezas naturais da região, impulsionou a construção de casas de veraneio, o desenvolvimento do turismo e a migração. Destaca-se que, na segunda metade da década de 1970, ocorreu uma migração de argentinos que saíram do seu país de origem em função da crise política e buscaram refúgio em Búzios. Os migrantes fixaram residência e começaram a trabalhar na localidade, facilitando a ida de outros argentinos nas décadas seguintes.

O segundo momento, mais expressivo, tem a ver com a sua emancipação. O antigo distrito de Cabo Frio foi desmembrado oficialmente através da Lei Estadual nº 2.498, de 28 de dezembro de 1995. Tal emancipação foi motivada por disputas relacionadas às rendas petrolíferas, visto que o litoral buziano era responsável pelo recebimento de uma parcela significativa de royalties. Moradores contam que, na ocasião, Cabo Frio chegou a transferir a sede da prefeitura para dentro do distrito para evitar a emancipação. Búzios, então, refez seu mapa, recortando fora a localidade da sede e conseguindo sua emancipação.

Essa fragmentação territorial trouxe prejuízos à população residente em áreas próximas à divisa. Para os moradores de Maria Joaquina, por exemplo, é mais fácil chegar ao centro de Búzios do que ao centro de Cabo Frio. Contudo, por não serem residentes do município, enfrentam dificuldades para acessar determinados atendimentos públicos e são obrigados a percorrer longas distâncias para chegar ao centro de Cabo Frio.

Maria Joaquina e, ao fundo, Búzios. Fonte: O GLOBO.

O território de Maria Joaquina é alvo de disputas entre os dois municípios. O projeto de lei nº 2.538/13 propunha uma nova linha divisória entre Cabo Frio e Búzios, anexando Maria Joaquina ao município buziano. O projeto foi aprovado como Lei Estadual nº 7.880 no início de 2018, mas, pouco tempo depois, o território voltou a ser considerado um bairro de Cabo Frio por determinação judicial. A disputa está relacionada ao recebimento de royalties, pois a localização de Maria Joaquina representava algo em torno de 15% do valor repassado a Cabo Frio[1].

1. Segundo a declaração do então Secretário de Fazenda de Cabo Frio no ano de 2018. Matéria sobre a disputa entre os municípios: https://www.folhadoslagos.com/geral/maria-joaquina-um-bairro-orfao-em-todos-os-sentidos/9189/.

A partir da década de 1990, o recém-criado município passou a receber trabalhadores provenientes do norte fluminense, com destaque para Campos dos Goytacazes, e do nordeste brasileiro. Essa migração foi atraída pela formação de um novo município e a ilusão de oferta de empregos nas áreas de construção civil e turismo.

Publicação no site da Prefeitura de Búzios em 2019

Vale destacar que o projeto de cidade concebida pela elite era de uma cidade moderna, internacional, própria para ser consumida pelo turismo. Porém, pretendia se diferenciar do "turismo de massa" realizado em Cabo Frio. Portanto, os investimentos foram feitos para atender a uma parcela restrita da sociedade, com alto poder aquisitivo, capaz de consumir os serviços de alto custo.

As mudanças na dinâmica demográfica impactaram o modo de vida das comunidades tradicionais e vieram acompanhadas de especulação imobiliária, gentrificação do território da população tradicional, desigualdade social e pressão sobre os serviços públicos (como saúde, segurança, educação, mobilidade e saneamento).

Além disso, parte expressiva das receitas municipais é proveniente das rendas petrolíferas, o que gera uma forte dependência econômica desse setor."Além disso, parte expressiva das receitas municipais é proveniente das rendas petrolíferas, o que gera uma forte dependência econômica desse setor.

Um elemento simbólico dessa segregação social é o pórtico presente na entrada da península. Instalado em 1997, pouco tempo depois da emancipação do município, divide Búzios em duas partes: a península e o continente. Na primeira estão localizadas as praias conhecidas internacionalmente, os restaurantes da "alta gastronomia", pousadas e casas de veraneio dessa parcela mais abastada. Ou seja, é a parte que recebe a maior parte dos investimentos públicos e privados e que se quer dar mais visibilidade. O continente, por sua vez, era considerado a parte periférica, onde mora a maior parte da população nativa e os trabalhadores que fornecem a mão de obra necessária para o pleno funcionamento da península.

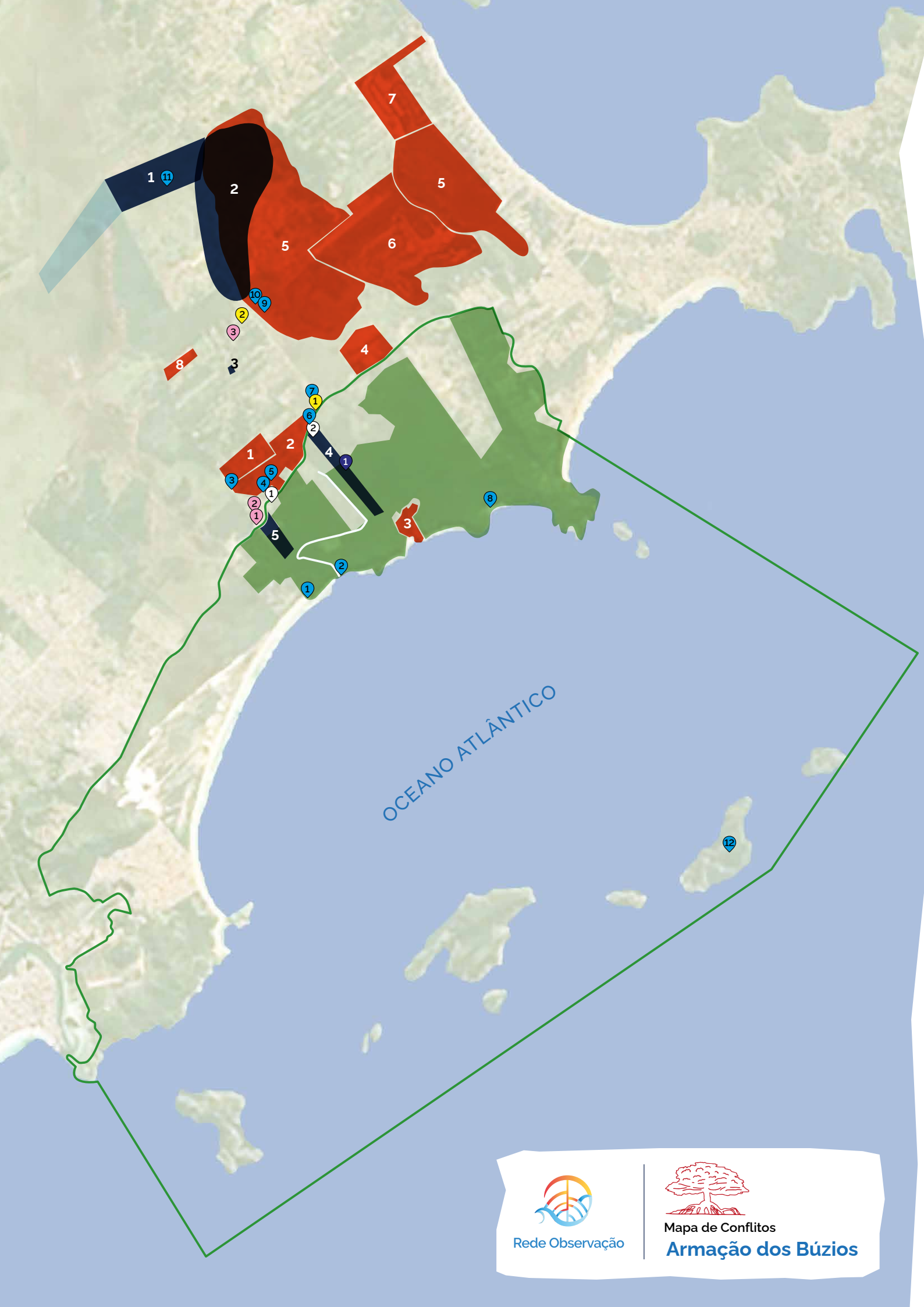
Pórtico com bandeiras que reforçam a ideia do município como destino internacional. Fonte: Prefeitura de Búzios

É justamente no continente que estão localizadas as comunidades quilombolas do município. A história dessas comunidades está relacionada com a Fazenda Campos Novos, fundada no final do século XVII. Para viabilizar a criação de gado e a produção agrícola na propriedade, foi utilizada mão de obra escravizada. Mesmo após a proibição da entrada de navios negreiros no Brasil, as praias da região, como a Praia de José Gonçalves (antigo traficante de pessoas), foram utilizadas como área de desembarque de navios ilegais.

No período pós-abolição, os antigos escravizados que trabalhavam na Fazenda Campos Novos permaneceram vivendo nas terras como libertos, mas pagando com o trabalho para morar. Com a independência do Brasil, a Fazenda Campos Novos foi sendo desmembrada e arrendada. O complexo agrícola de Campos Novos era formado por outras fazendas, como Porto Velho, Fazendinha, São Jacinto, Araçá, Piraúna, Angelin, Caveira, Retiro e outras menores[2]. Na Fazenda Porto Velho estavam localizadas famílias quilombolas que foram expulsas na década de 1970. O processo de desterritorialização sofrido por esse grupo gerou impactos nas relações familiares e comunitárias, práticas culturais e no modo de vida dessas pessoas, sendo sentidos até os dias atuais.

Se antes as regiões da Rasa e Baía Formosa eram desvalorizadas, conhecidas de forma pejorativa como "terra de pretos", a partir do crescimento e respectivo inchaço dos setores hoteleiro e imobiliário na península, há uma necessidade de novas terras. Com isso, houve um interesse do mercado imobiliário em se apropriar de áreas do continente e, nas últimas décadas, o território quilombola passou a ser ameaçado por empreendimentos imobiliários.

2. Informação obtida em "Campos Novos e o tráfico ilegal de escravos no norte fluminense", de Nilma Teixeira Accioli.



Rede Observação

Mapa de Conflitos

Armação dos Búzios

1 **Quadra de Baía Formosa**

2 **Unidade Básica de Saúde Maria Rosa da Conceição**

3 **Escola Municipal Quilombola Professora Lydia Scherman**
Reconhecida oficialmente como escola quilombola a partir da Lei Ordinária nº 1.760/2022.

1 **Igreja Metodista**
Igreja mais antiga do território, existente desde 1926.

2 **Igreja**

1 **Ruína**
Local onde foram encontrados objetos que comprovam a ocupação quilombola na região.

Trilha do turismo étnico ecológico

Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil
Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada em 2002. Sua área abrange partes dos municípios de Armação dos Búzios e Cabo Frio e se sobrepõe aos territórios quilombolas dos Núcleos Zebina e Cesarina.

1 **Observatório Armação dos Búzios**

2 **Sede da Associação de Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa**
Feito a pau a pique e embarreado, o espaço de resistência foi construído em 2014 pelos próprios quilombolas. No local acontecem algumas festividades da comunidade e as reuniões da Associação.

1 **Praia do Kalunga/ Praia do Peró**

2 **Prainha/ Praia das Amendoeiras**

3 **Rocha Brasil-África**
Rochas que foram separadas vulcanicamente há milhões de anos durante a colisão entre a África e a América do Sul. Localizada justamente em um território quilombola, a rocha evidencia uma histórica relação de união e separação entre Brasil e África.

4 **Antiga barraca do Manduca Pepé**

5 **Antigo campo do América**

6 **Largo da Resistência**
Área de Bem de Uso Comum do Povo, onde será construído o Largo da Resistência, conforme Lei Ordinária nº 1.773/ 2022.

7 **Antigo campo do Flamenguinho**

8 **Praia José Gonçalves**
Batizada com esse nome em homenagem a um antigo traficante de pessoas escravizadas. Após a proibição da entrada de navios negreiros no Brasil como resposta à pressão internacional, a Praia de José Gonçalves foi utilizada como área de desembarque de navios ilegais.

9 **Antiga sede do Vasquinho**

10 **Antigo campo do Vasquinho**

11 **Futuro Centro de Tradições Quilombolas**

12 **Ilha do Cabrito**

1 **Condomínio Vila André**

2 **Condomínio Caravela Nina**

3 **Complexo de Condomínios Fazenda da Lagoa**

4 **Loteamento Balneário Búzios**

5 **Área de expansão do condomínio Aretê**

6 **Condomínio Aretê**
Área atual do Condomínio Aretê nomeada pelo empreendimento como Região Campo. Nessa área estão localizados o campo de golfe e o aeroporto.

7 **Condomínio Aretê**
Área atual do Condomínio Aretê nomeada pelo empreendimento como Região Náutica. Destaca-se pela presença de canais artificiais navegáveis. Na época do licenciamento do empreendimento, a comunidade quilombola de Baía Formosa expressou sua preocupação sobre a possibilidade de salinização dos lençóis freáticos, podendo impactar as nascentes do território quilombola, além dos impactos na fauna e flora dos alagados da Marina.

8 **Lixão desativado**
Antigo lixão que recebia os resíduos dos municípios de Armação dos Búzios e Cabo Frio.

1 **Área devolvida aos originários**
O núcleo dos originários luta para garantir o direito ao seu território. Com a chegada do empreendimento Aretê no município, os proprietários tiveram interesse de vender as terras da fazenda para esse empreendimento. Porém, durante o processo de licenciamento, foi reconhecida a existência da comunidade quilombola e as terras ficaram em litígio. Esse problema começou a ser resolvido com a devolução de outra fração de terra às famílias que foram expulsas. Após diversas reuniões e audiências públicas mediadas pelo Ministério Público Federal, em 2019 foi firmado um acordo de devolução de terras. A cerimônia de entrega das terras ocorreu em 2022.

2 **Área dos originários**
Área aproximada que era ocupada por famílias quilombolas até a década de 1970, quando foram expulsas da Fazenda Porto Velho. Essas famílias constituem o grupo atualmente autointitulado "originários" e seguem lutando por território e reconhecimento. O processo de desterritorialização sofrido por esse grupo gerou impactos nas relações familiares e comunitárias, práticas culturais e no modo de vida dessas pessoas, sendo sentidos até os dias atuais. A partir da luta e da organização da comunidade, conquistaram a devolução de uma área nas proximidades, como forma de reparação.

3 **Núcleo perto da sede**
Espaço importante de socialização e organização comunitária. As primeiras reuniões para formação da Associação ocorreram neste núcleo.

4 **Núcleo Zebina**
O Núcleo Zebina tem esse nome em homenagem à sua matriarca. Este território encontra-se sobreposto com a Área de Proteção Ambiental (APA) Pau-Brasil e o Parque Estadual Costa do Sol (PECS), gerando conflitos a respeito da ocupação e do uso do solo.

5 **Núcleo Cesarina**
O Núcleo Cesarina tem esse nome em homenagem à sua matriarca. Assim como o Núcleo Zebina, este território encontra-se sobreposto com a APA Pau-Brasil e o PECS, gerando conflitos a respeito da ocupação e do uso do solo.

Parque Estadual Costa do Sol
Fração do Parque Estadual Costa do Sol (PECS), Unidade de Conservação de Proteção Integral criada em 2011. Devido ao tamanho e complexidade do PECS, que abrange áreas de 6 municípios, foram estabelecidos 4 núcleos. A área apresentada no mapa refere-se ao Núcleo Pau-Brasil. Ela impacta a comunidade quilombola em função das suas restrições, gerando insegurança quanto à permanência da comunidade em seu território. Destaca-se a presença de condomínios na Zona de Amortecimento, evidenciando como os recortes territoriais e a fiscalização funcionam de maneiras distintas em relação a grandes empreendimentos e a comunidades tradicionais.

Área requisitada ao INCRA
Esta área foi requisitada ao INCRA para ser incorporada ao território quilombola, visto que as características físicas e o tamanho da área que foi devolvida aos originários são considerados inadequados para o plantio e para a quantidade de famílias.

Imagem aérea do Aretê. Fonte: InfoMoney

Um exemplo significativo é o megaempreendimento Aretê. Segundo o site do empreendimento, o Aretê Búzios ocupará uma área de mais de 6 milhões de metros quadrados, além de quilômetros de canais internos navegáveis. Um dos maiores megacondomínios da América Latina é composto por duas regiões que ainda serão expandidas: Região Náutica e Região Campo.

Na Região Náutica destaca-se a presença de canais artificiais navegáveis. Na época do licenciamento do empreendimento, a comunidade de Baía Formosa expressou sua preocupação sobre a possibilidade de salinização dos lençóis freáticos, podendo impactar as nascentes do território quilombola, além dos impactos na fauna e flora dos alagados da Marina. Já na Região Campo estão localizados o campo de golfe e o aeroporto. Na área de expansão estão previstos para serem construídos um hangar para acomodar as aeronaves e um shopping.

É nesse contexto de especulação imobiliária, gentrificação, expansão do setor imobiliário e pressão sobre os territórios tradicionais que está localizada a comunidade quilombola de Baía Formosa.

Sede da Associação de Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa

A comunidade está em seu território há mais de 100 anos e tem uma forte relação de pertencimento com o lugar. É lá onde os umbigos dos familiares estão enterrados e onde desenvolviam as práticas culturais de pescaria no brejo, agricultura, produção de farinha, confecção de rede e cestaria.

A história da comunidade é marcada por r-existência[3] desde o período escravagista até os dias atuais. Como mencionado, na década de 1970 as famílias foram expulsas de seu território e a comunidade foi dissolvida. As famílias que constituem o grupo atualmente autointitulado originários, anteriormente conhecidos como expulsos, foram morar em áreas periféricas de Cabo Frio, como Jardim Peró, Jardim Esperança e São Cristóvão. As famílias que permaneceram no município de Búzios se constituíram em núcleos: Zebina, Cesarina e núcleo perto da sede.

O núcleo perto da sede é um espaço importante de festa, que reúne muita gente e onde aconteceram as primeiras reuniões para a construção da Associação. Também tem ateliê para produção

3. Expressão utilizada pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves no texto De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana (2008, p. 47). "Mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo."

de artesanatos. A sede a que se faz referência é a Sede da Associação de Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa. Feita a pau a pique e embarreado, o espaço de resistência foi construído em 2014 por voluntários. No local acontecem algumas festividades da comunidade e as reuniões da Associação.

O Núcleo Zebina tem esse nome em homenagem à sua matriarca. Entre figuras importantes para a cultura, história e memória coletiva, destacam-se as rezadeiras e parteiras: Dona Polônia, Dona Terezinha, Dona Júlia, Dona Maria, Dona Quelina, Dona Florinda, Dona Tatá e Dona Chica.

Seu Franquilino (núcleo família expulsa/ originários); Dona Zebina; Dona Cesarina; Dona Saurina (núcleo família perto da sede)

Placa de entrada da sede

Segundo o grupo, antigamente havia muita plantação de amendoim, melancia, mamão, abóbora, cana, banana, mandioca, maxixe, cebolinha, feijão de corda, guandu, batata doce, couve, etc., além de criação de pequenos animais como porcos e galinhas. Também retiravam guaquica, jabuticaba, pitomba e aroeira para consumo próprio e comercialização. A tradicional cozinha de farinha de mandioca era utilizada para fazer tapioca e beiju. Porém, hoje em dia não existe mais tanta diversidade e quantidade quanto antigamente.

Como as comunidades quilombolas costumam contribuir para a preservação de áreas verdes, muitas vezes vivenciam conflitos com Unidades de Conservação que se sobrepõem aos seus territórios. Por exemplo, a sobreposição com a Área de Proteção Ambiental (APA) Pau-Brasil, criada em 2002 pelo Decreto Estadual n°31.346, e o Parque Estadual Costa do Sol (PECS), Unidade de Conservação de proteção integral criada em 2011 pelo Decreto Estadual n° 42.929. As disputas a respeito da ocupação e do uso do solo e as restrições sobre plantações e construções geram sentimentos de insegurança de permanência no território e dúvidas sobre as próximas gerações quilombolas.

Construções limítrofes à Unidade de Conservação

O Núcleo Cesarina também tem seu nome em homenagem à sua matriarca. Assim como o núcleo Zebina, esse território está sobreposto à Área de Proteção Ambiental (APA) Pau-Brasil e ao Parque Estadual Costa do Sol. Além de conflitos com Unidades de Conservação, também enfrentam problemas referentes a áreas que foram loteadas e vendidas.

Embora a comunidade tenha obtido algumas conquistas, segue lutando para que seu território seja respeitado enquanto um território quilombola, com direitos específicos. Por isso, buscam reconhecimento, acesso a serviços básicos, como saneamento e energia elétrica, e o direito à terra, de forma que os "filhos da terra" possam, novamente, ter terra para desenvolver suas atividades tradicionais.

Luta e conquista para as futuras gerações quilombolas

Mapeamento participativo

Para espacializar as questões abordadas acima, foi realizado um mapeamento participativo durante os meses de julho, agosto e outubro de 2023. A equipe de Formação e Pesquisa utilizou o programa Google Earth Pro para localizar os pontos e áreas relacionados à comunidade quilombola e considerados importantes pelo grupo prioritário. Através do recurso "imagens históricas" do programa, os participantes observaram as transformações na região, como, por exemplo, a expansão de áreas de condomínios.

O mapeamento participativo resultou no mapa que está dobrado entre as páginas 14 e 19. Ele é composto por pontos e áreas.

As **ÁREAS EM AZUL** referem-se ao território quilombola. Estão marcados os atuais os núcleos Zebina, Cesarina e perto da sede; a antiga área dos originários, em que a comunidade residia até a década de 1970, bem como a área devolvida aos originários após acordo judicial.

Em **AZUL CLARO** está uma área requisitada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para ser incorporada ao território quilombola devido às características físicas e o tamanho da área que foi devolvida aos originários, que são considerados inadequados para plantio e quantidade de famílias.

As **ÁREAS EM VERMELHO** são geradoras de conflitos. Elas são compostas por condomínios e o antigo lixão, que recebia resíduos dos municípios de Armação dos Búzios e Cabo Frio.

As **ÁREAS CONTORNADAS COM VERDE** são Unidades de Conservação que afetam a comunidade tradicional, sendo: a Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil e o Parque Estadual Costa do Sol, ambos sob gestão do Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

Os **PONTOS AZUIS** sinalizam locais de referência para a comunidade quilombola. As praias são: José Gonçalves, que foi utilizada como área de desembarque de navios negreiros ilegais; Prainha, também conhecida como Praia das Amendoeiras; Praia do Kalunga, como os antigos a conheciam, atualmente é chamada de Praia do Peró. Assim como a Prainha, é uma área de lazer da comunidade quilombola.

Também estão marcados locais de socialização através da prática de esporte e festas, como os antigos campos de futebol do América, do Flamenguinho, do Vasquinho, a sede do Vasquinho e a Barraca do Manduca Pepé.

Além disso, estão localizados o Largo da Resistência, o futuro Centro de Tradições Quilombolas (CTQ) e a Rocha Brasil-África. Devido à importância científica, histórica e simbólica, foi realizado um pedido de tombamento para o pedaço da "África Geológica" no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Essa rocha foi separada vulcanicamente há 130 milhões de anos durante a colisão entre a África e a América do Sul. Localizada justamente no Quilombo de Baía Formosa, a rocha evidencia uma histórica relação de união e separação entre Brasil-África.

Por fim, os **PONTOS ROSAS** identificam a quadra de Baía Formosa, a Unidade Básica de Saúde Maria Rosa da Conceição e a Escola Municipal Quilombola Professora Lydia Scherman, reconhecida oficialmente como escola quilombola a partir da Lei Ordinária nº 1.760, de 06 de julho de 2022.

Os **PONTOS AMARELOS** representam as instituições relacionadas à comunidade quilombola, como a Associação de Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa e o Observatório do PEA Rede Observação.

Os **PONTOS BRANCOS** localizam outros locais de referência, como as igrejas.

Durante os encontros, o grupo compartilhou a trajetória de luta para permanecer no seu território tradicional e debateu sobre as transformações ocorridas ao longo do tempo. Ao acrescentar temporalidade aos elementos que compõem esse território, foi possível identificar o histórico de uso e ocupação do solo e como os diferentes fatores interagem entre si e ocasionam conflitos ambientais. Nesse sentido, a expansão de condomínios e a criação de Unidades de Conservação que desconsideram a presença de uma comunidade tradicional refletem na descaracterização e perda do território quilombola.

No site do projeto[4] é possível acessar a versão interativa, com informações detalhadas de cada localidade.

4. Navegue pelo mapa em pearedeobservacao.com

Formas de atuação do grupo prioritário frente ao conflito

A forma de atuação da comunidade tem a ver com o modo que os conflitos territoriais se expressam em cada um dos núcleos. Entre 2009 e 2011, quilombolas de Baía Formosa iniciaram um processo de mobilização e organização comunitária para reivindicação de direitos, principalmente, o direito ao território. Como resultado, em 2013, houve a formalização da Associação dos Remanescentes Quilombolas de Baía Formosa.

A formalização de uma Associação é fundamental para a regularização de territórios quilombolas. O Quilombo Baía Formosa foi certificado pela Fundação Palmares e, em 2012, deu entrada no processo de titulação e demarcação das terras. Em 2016, representantes do INCRA foram ao quilombo para coletar informações sobre as histórias das famílias.

Identidade visual do Quilombo Baía Formosa

O autorreconhecimento enquanto comunidade quilombola envolve processos de resgate e valorização da história e da cultura. Nesse contexto, foi inaugurada uma trilha no território, em 2017, para incentivar o turismo étnico ecológico e fomentar a geração de trabalho e renda. Além de contar a história dos ancestrais que viviam naquela região, a iniciativa divulga a culinária tradicional e os artesanatos produzidos pela comunidade.

Grupo de turistas recebidos através do turismo étnico ecológico no quilombo de Baía Formosa

Em 2018, uma antropóloga do INCRA realizou uma visita técnica à comunidade, que durou cinco dias. A visita teve como objetivo coletar informações para estruturar o relatório antropológico que fundamenta a emissão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Vale destacar que o processo de fortalecimento do grupo foi se consolidando com o passar do tempo. A participação de pessoas do quilombo em encontros referentes aos direitos quilombolas contribuiu para que houvesse maior apropriação sobre esses direitos, resultando em reivindicações por acesso a políticas públicas específicas para o grupo tradicional.

Em 2019, com a chegada do empreendimento Aretê ao município, os proprietários das terras da Fazenda Porto Velho tiveram interesse em vendê-las. Em uma audiência pública com representantes do Ministério Público Federal (MPF), Aretê (pertencente ao Grupo Opportunity) e os fazendeiros, a liderança quilombola Elizabeth Fernandes se pronunciou e questionou a ausência do quilombo no estudo de impactos ambientais. Ela também manifestou a preocupação de sua comunidade sobre os impactos do empreendimento e os riscos de uma possível salinização do lençol freático da região, podendo impactar diretamente as nascentes do território quilombola.

Foi somente após a fala da quilombola nessa audiência pública, que o procurador do MPF passou a saber da existência do quilombo de Baía Formosa e da expulsão de parte da comunidade das suas terras originárias. A partir desse momento, o MPF exigiu que o órgão ambiental solicitasse novos estudos, de modo que os impactos socioambientais na população tradicional fossem considerados. Com isso, as terras ficaram em litígio e as obras do empreendimento foram paralisadas até que um novo estudo, mais aprofundado, fosse apresentado.

Iniciou-se, então, um longo processo de negociações, conduzido pelo procurador do MPF.

Reunião para firmar acordo

Após diversas reuniões e audiências públicas mediadas pelo Ministério Público Federal e com a presença de representantes do empreendimento Aretê e da comunidade quilombola, em 2019 foi firmado um acordo de devolução de uma fração de terras às famílias que foram expulsas, bem como a determinação de construção do Centro de Tradições Quilombolas. Porém, a cerimônia de entrega das terras ocorreu somente em 2022.

A conquista da terra foi uma vitória importante e uma reparação histórica, mas a luta não se encerra aqui. O grupo segue pleiteando a mudança do zoneamento da área junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e à Prefeitura Municipal de Búzios, com o objetivo de realocar as 127 famílias expulsas. Além de fazer um acompanhamento próximo no Conselho de Meio Ambiente, a comunidade encaminhou ofícios referentes à atualização do Plano Diretor Municipal, que deveria ter sido revisto no ano de 2016.

A associação quilombola também permanece em diálogo constante com o MPF, o INEA, a Secretaria Municipal de Obras e a Enel para que sejam realizados o arruamento e a instalação de energia elétrica. Além disso, a comunidade montou a Comissão Permanente das Terras, que realiza reuniões para alinhamento de como as famílias ocuparão as terras.

Em relação ao histórico do núcleo Zebina, o principal conflito envolve a disputa territorial com Unidades de Conservação (UC).

Celebração na terra recuperada

Embora a comunidade quilombola esteja há muito mais tempo do que a criação das UC, o fato de preservarem a vegetação fez com que parte do seu território fosse incluído dentro dos limites do PECS, que é uma UC de Proteção Integral. Ou seja, suas regras são mais restritivas.

Os núcleos Zebina e Cesarina souberam da existência do Parque de uma forma violenta quando, em 2015, ocorreu a destruição de plantações e o derrubamento de cercas. Para impedir a demolição das casas, foi necessário uma corrente humana. Diante dessa situação, membros do quilombo se reuniram com o representante do INEA, que informou sobre a proibição da construção de casas.

Com o objetivo de permanecer no seu território, os Núcleos Zebina e Cesarina se aproximaram e buscaram o apoio da Associação de Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa e do PEA Observação[5], que passaram a dar suporte à comunidade.

Mesmo durante a pandemia, em 2020, houve uma nova tentativa de demolição de casas.

Quilombolas do núcleo Zebina relataram que desde a criação da APA, em 2002, estão sem a regularização de água e luz. Entretanto, enquanto a comunidade quilombola enfrenta dificuldades para permanecer em seu território, nota-se a presença de condomínios na Zona de Amortecimento da UC. Esse caso de injustiça ambiental

5. O PEA Observação foi um dos projetos que deu origem ao atual PEA Rede Observação e, na época, desenvolvia as atividades pedagógicas com quilombolas das famílias originárias e do núcleo perto da sede. As ações do PEA Observação com o quilombo de Baía Formosa iniciaram em 2015 e cumpriu um papel importante no apoio e fortalecimento da comunidade para reivindicação de seus direitos.

reforça como os recortes territoriais e a fiscalização funcionam de maneiras distintas em relação a grandes empreendimentos e a comunidades tradicionais. Segundo os quilombolas, há uma pressão por parte dos condomínios em retirar a população originária porque julgam a comunidade como favelada e isso desvaloriza a região.

Condomínios próximos à UC

Apesar das dificuldades, a comunidade segue organizada e ocupando espaços para a reivindicação de suas demandas. Em 2022, um grupo ocupou a Câmara dos Vereadores para solicitar a criação do projeto de lei para criar o nome da rua que homenageia a matriarca quilombola, Dona Zebina. A mobilização resultou numa conquista e, no mesmo ano, a rua principal do Núcleo Zebina foi batizada como Rua Zebina Antunes dos Santos, por meio da Lei Ordinária n° 1.774, de 23 de agosto de 2022.

Vale ressaltar que, desde a formalização da Associação, representantes do quilombo de Baía Formosa já integraram formalmente o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Pesca, o Conselho Municipal de Cultura e os conselhos gestores das unidades de conservação APA Pau-Brasil e Parque Estadual Costa do Sol. Atualmente não ocupam formalmente todos esses espaços, mas seguem acompanhando as discussões como ouvintes. A ocupação

desses conselhos é de grande importância para que a comunidade esteja por dentro das pautas que impactam seu território tradicional, podendo debater questões e encaminhar as demandas de interesse coletivo.

Considerações finais

Através das atividades pedagógicas do projeto, os grupos prioritários vão desvendando coletivamente as relações entre as transformações ocorridas nos municípios, os grupos sociais impactados, os conflitos decorrentes dos processos de reorganização territorial, os atores sociais envolvidos, seus interesses e as formas de atuação diante do conflito.

Partimos da compreensão de que o "direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida", presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, passa pelas relações político-institucionais e societárias. Como a mediação de interesses e conflitos entre atores sociais cabe ao Poder Público, o conhecimento da existência de espaços públicos de decisão se configura como um passo inicial e necessário para uma gestão ambiental participativa.

Ao passo que a complexidade presente na realidade é problematizada, também são identificados os espaços de incidência política possíveis, havendo um incentivo e apoio à formulação de estratégias para intervenção coletiva e organizada. Ou seja, para além do conhecimento das disputas e estruturas presentes nos territórios, os grupos debatem encaminhamentos concretos na luta por direitos. Nesse sentido, buscamos proporcionar condições para que sejam produzidos e adquiridos, coletivamente, conhecimentos e habilidades para intervenção nos processos decisórios.

Assim, as reflexões sobre as condições existentes no território, somadas ao conhecimento relativo às políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais e aos espaços de participação social permitem caminhar no sentido de uma cidadania ativa, ou seja, de grupos organizados e atuantes da Gestão Ambiental Pública.

Foi nesse contexto de valorização da trajetória de cada grupo prioritário que este material foi produzido. Ele consolida a produção coletiva de conhecimento acerca das questões municipais e regionais que impactam as atividades tradicionais e registra as estratégias utilizadas pelos grupos.

Vale ressaltar que a atuação na Gestão Ambiental Pública está associada ao nível de organização social de um determinado grupo. Nas comunidades com um histórico de acompanhamento de PEAs e/ou envolvimento com movimentos sociais, os grupos tendem a estar mais organizados, qualificados e fortalecidos para incidir politicamente. Já em lugares que não há esse histórico e que o Rede Observação foi o primeiro PEA a atuar junto à comunidade, foi necessário um processo anterior, de reconhecimento e valorização da identidade e cultura tradicional, para que se formasse um grupo coeso, fortalecido e ativo.

Esperamos que esse material possa ser utilizado como evidência das disputas presentes nos territórios tradicionais e que seja uma ferramenta que corrobore com as reivindicações dos sujeitos prioritários em espaços de participação social.

CRÉDITOS

Integrantes do Mapeamento Participativo em Armação dos Búzios
Carla Lima Carvalho
Edna Lima Bonifácio
Elisabeth Fernandes
Ester dos Santos Simão
Isabel Maria da Conceição
João Gabriel
Joil Pinto
José Ricardo Bemquerer
Juliana dos Santos de Jesus
Marcos Penha
Maria de Cássia da Conceição
Mercia Souza Santos
Natália Fortunato
Valquíria dos Santos

EQUIPE EXECUTORA DO PEA REDE OBSERVAÇÃO

Coordenadora geral
Camila Panno

Orientador metodológico
Carlos Frederico Loureiro

Educadoras de Formação e Pesquisa
Camila Souza, Raynan Aguilar e Yashmin Loureiro

Educadores de Comunicação Popular
Gabriel Amorim e Murilo Marques

Educadores de Teatro do Oprimido
Anelise Vargas e Júlio Caldeira

Articuladores locais em Armação dos Búzios
Aline Oliveira, Davi Ohana e Iomar Santos

EQUIPE PRIO

Coordenadora de socioeconomia
Aline Almeida

Pesquisa e elaboração
Yashmin Loureiro

Revisão do conteúdo
Camila Souza, Carlos Frederico Loureiro e Raynan Aguilar

Mapas
Maria Eduarda Perpétuo, Pedro Biz e Yashmin Loureiro

Projeto gráfico
Pedro Biz

Ilustrações
Pedro Biz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L892m Loureiro, Yashmin.
Mapa de conflitos e resistências: Armação dos Buzios / Yashmin Loureiro; ilustrações Pedro Biz. – Rio de Janeiro, RJ: Rede Observação, 2024.

32 p. : il. ; 21 x 29,7 cm – (Projeto de Educação Ambiental Rede Observação)

ISBN 978-65-5872-739-2

1. Cartografia social – Armação de Buzios (RJ). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Conflitos sociais – Brasil. I. Biz, Pedro. II. Título.

CDD 305.896

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

A Petrorio, a maior operadora independente de óleo e gás do Brasil, a partir de abril de 2022, passou a ter uma nova identidade visual e a ser conhecida como PRIO. Essa mudança reflete a eficiência da empresa na sua gestão. Com foco na recuperação de ativos em produção, é especializada na gestão de reservatórios e na revitalização de campos maduros através da maior eficiência operacional, da redução dos custos de produção e das despesas corporativas. O aumento na eficiência e a confiabilidade nos ativos são os principais atributos para reduzir a emissão de CO_2 e a queima de gás consumida em suas operações, minimizando o impacto ambiental e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua por meio de boas práticas de segurança, respeito ao meio ambiente e cuidado com a saúde dos colaboradores.

A realização do PEA Rede Observação é uma medida de mitigação do Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.